



29 DE OUTUBRO DE 2015

Quinta-feira

- SENADO APROVA MP QUE INSTITUI PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- ARTIGO: A VÁLVULA DE ESCAPE À RECESSÃO
- CRÉDITO DO BNDES DEVE SER MAIS SELETIVO, DIZ ECONOMISTA
- CONSUMO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO BRASIL CAI 19% EM SETEMBRO
- VOLKSWAGEN ANUNCIA NOVO PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL ATÉ 2025
- CRISE É PENALIDADE DURA PARA MERCADO DE CARROS NO BRASIL, DIZ GHOSN
- INDÚSTRIA DO AÇO CHINESA DEVE SER FORÇADA A FAZER CORTES NA PRODUÇÃO
- DEMANDA DE EMPRESAS POR CRÉDITO CAI 14% NA COMPARAÇÃO ANUAL
- VOLKSWAGEN VÊ PROVISÃO DE 6,7 BI DE EUROS POR ESCÂNDALO COMO DEDUTÍVEL DE IMPOSTOS
- FIAT CHRYSLER TEM RESULTADO TRIMESTRAL ACIMA DO ESPERADO E CONFIRMA PREVISÃO PARA ANO
- GERDAU TEM PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$ 1,958 BILHÃO NO 3º TRIMESTRE
- TAXA DE DESEMPREGO SOBE PARA 8,7% NO TRIMESTRE ENCERRADO EM AGOSTO
- USIMINAS TEM PREJUÍZO DE R\$1,042 BI NO 3º TRI
- JAPÃO É O 6º IMPORTADOR DE PRODUTOS DO BRASIL, MAS INTERCÂMBIO DESABA
- BRASIL E JAPÃO PODEM FORTALECER LAÇOS ECONÔMICOS, DIZ EMBAIXADOR JAPONÊS
- VENDA DE PNEUS ÀS MONTADORAS CAI 20,9%
- DADOS SERÃO BEM MAIS PRECIOSO DAS MONTADORAS
- TERMINA EM JANEIRO PRAZO PARA EIXOS AUXILIARES SEM CERTIFICAÇÃO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS SOBE 2,1%, DIZ ABIMAQ
- USIMINAS VAI INTERROMPER TEMPORARIAMENTE ATIVIDADES DE ÁREAS

PRIMÁRIAS DE CUBATÃO

- O QUE SIGNIFICA PARA O BRASIL FECHAR 2015 NO VERMELHO?
- NÚMERO DE ACORDOS COM REDUÇÃO SALARIAL CONTINUA A CRESCER, DIZ FIPE
- VOLKSWAGEN TEM PREJUÍZO DE 1,673 BILHÃO DE EUROS NO 3º TRIMESTRE
- BC ELEVA PROJEÇÃO DE ALTA DA CONTA DE LUZ, A 51,7%, E DA GASOLINA, PARA 15%
- TRABALHADORES DA PETROBRAS COMEÇAM GREVE EM 6 ESTADOS; NÃO HÁ RELATOS DE IMPACTO À PRODUÇÃO
- BC VÊ MAIS INFLAÇÃO EM 2015 E 2016; DIZ QUE FICARÁ VIGILANTE FRENTE A "DEMAIS POLÍTICAS"
- ARTIGO: A VERDADEIRA CARGA TRIBUTÁRIA
- MILHO, SOJA E MINÉRIO CONTRIBUEM PARA ACELERAÇÃO DO IPA EM OUTUBRO, DIZ FGV
- SEGURO-DESEMPREGO PERDERÁ R\$ 400 MILHÕES
- IMPORTAÇÕES DE MÁQUINAS RECUAM COM DÓLAR
- DÉFICIT DO GOVERNO CENTRAL VEM MELHOR QUE ESPERADO EM SETEMBRO, COM EFEITO CALENDÁRIO
- COMISSÃO APROVA PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ
- A 'E-CONOMIA' EXISTE MESMO?
- SIDERÚRGICAS USIMINAS E GERDAU PIORAM RESULTADOS E REGISTRAM PREJUÍZO NO 3º TRIMESTRE
- EDITORIAL: DESÂNIMO DOS INDUSTRIAIS ÀS VÉSPERAS DO FIM DO ANO

CÂMBIO		
EM 29/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,912	3,913
Euro	4,289	4,291

Fonte: BACEN

Senado aprova MP que institui Programa de Proteção ao Emprego

29/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Senado aprovou nesta quarta-feira (28) a medida provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) que tem como objetivo desestimular demissões em empresas com dificuldades financeiras por causa da crise. A proposta foi aprovada em votação simbólica e segue para sanção presidencial.

O texto estabelece que "podem aderir ao PPE as empresas de todos os setores em situação de dificuldade econômico-financeira, que celebrarem acordo coletivo de trabalho específico de redução de jornada e de salário". A proposta prevê redução de 30% da jornada de trabalho e do salário dos trabalhadores, mas as condições devem ser aprovadas em acordo coletivo.

As empresas que aderirem ao programa ficam proibidas de demitir "arbitrariamente ou sem justa causa" empregados com jornada de trabalho reduzida. Da mesma forma, o empregador não pode contratar funcionário para exercer as mesmas atividades do trabalhador atingido pelo programa, a não ser em caso de reposição.

O programa vale até 2017 e os prazos de adesão vão até dezembro de 2016. As empresas que cumprirem a cota de contratação de pessoas com deficiência terão prioridade na adesão ao programa.

Ao permitir a redução de 30% da jornada com conseqüente redução de 30% do salário, o governo se comprometeu a complementar 50% da perda do trabalhador com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). A complementação será limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego.

Em quase quatro meses de vigência, 37 empresas já pediram para participar, sendo que 14 já aderiram ao programa, o que proporcionou a preservação de quase 24 mil postos de trabalho. Se as demais empresas também forem contempladas, os postos de trabalho preservados aumentam para 31, 8 mil. O balanço é do dia 20 de outubro e foi produzido pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Artigo: A válvula de escape à recessão

29/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A evidente consolidação do ciclo recessivo na economia brasileira que, na melhor das hipóteses, deve perdurar até o fim de 2016, tem levado as autoridades de Brasília e parcela expressiva dos meios especializados a anunciar, a partir da obtenção de saldos comerciais superiores a US\$ 10 bilhões no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e setembro de 2015, o surgimento de um novo esforço exportador. Ele representaria uma espécie de amortecedor, ou até válvula de escape, à contração dos negócios no front doméstico.

Sem querer desarmar esperanças e espíritos otimistas, é preciso esclarecer que a recente recuperação dos resultados positivos do comércio exterior do país decorre, essencialmente, do declínio mais acentuado do valor das importações diante do registrado

pelas exportações (-22,6% contra -16,3%), por causa da pronunciada e generalizada retração dos níveis de atividade.

De fato, o poder de competição das vendas externas brasileiras trilha uma rota cadente, em destinos que se tornaram mais exigentes, seletivos e protecionistas, em um estágio de lenta superação da crise eclodida em 2008 nos Estados Unidos, com direito a um segundo turno na periferia europeia, entre 2010 e 2013.

Isso foi agravado pela acentuada desaceleração do ritmo de expansão da economia chinesa, e a subsequente queda dos preços das matérias primas. Não por acaso, com exceção do agronegócio, o Brasil é um zero à esquerda no comércio mundial, respondendo por 1,3% das cifras comercializadas, praticamente a mesma participação observada três décadas atrás.

Com exceção do agronegócio, o Brasil é um zero à esquerda no comércio mundial. Ao adotar uma estratégia baseada no estímulo ao consumo interno desenfreado, movido prioritariamente a crédito caro, e na celebração de parcerias comerciais com nações irrelevantes nas cadeias planetárias de valor, agudizada pelo populismo cambial exigido pelo combate à inflação, a administração pós-2002 eliminou as chances de presença encorpada das empresas e produtos brasileiros nas trocas comerciais mundiais.

Mais que isso: desde 2003, a orientação econômica vem, de maneira intransigente, negando a necessidade de organização de incentivos perenes, absolutamente imprescindíveis a uma escalada exportadora, imaginando que a restauração de extraordinários desempenhos das vendas internacionais depende de retórica, torcida e sorte.

Ainda preso às lembranças do passado como "herança maldita", o Executivo federal se recusa a enxergar que as duas grandes impulsões do comércio externo nacional, acontecidas entre 1983 e 1985 e 2003 e 2011, exigiram a deflagração de um conjunto articulado de mecanismos de incentivo às exportações, incluindo desvalorizações no câmbio.

O primeiro salto contou com o apoio da derradeira plataforma do modelo de substituição de importações, ou da maturação plena do bloco de investimentos em infraestrutura, insumos básicos e bens de capital, contido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implantando pelo presidente Geisel, no interregno 1974-1979.

Já a segunda onda foi favorecida pelo *boom* do preço das commodities, precipitado com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), pela colheita da safra de mudanças institucionais (abertura comercial e desinflação, principalmente) plantada na década de 1990, e pela instituição do câmbio flutuante, a partir de janeiro de 1999.

Considerando que, naqueles dois interregnos, havia clara inclinação oficial à inserção brasileira nas transações globais, parece oportuno especular a respeito da catapulta para 2015.

(Gilmar Mendes Lourenço, economista, é professor da FAE Business School).

Crédito do BNDES deve ser mais seletivo, diz economista

29/10/2015 – Fonte: Folha de São Paulo

Diante de recursos cada vez mais escassos, o BNDES terá dar prioridade para o financiamento, com juros subsidiados, das etapas mais carentes de recursos nos projetos de infraestrutura, como as fases pré-operacionais. Nessa etapa, o concessionário ainda não tem receita do serviço prestado e tem mais dificuldade para obter dinheiro no sistema financeiro.

A avaliação é do economista Sérgio Lazzarini, especialista do Insper, que participará nesta quinta (28) de debate no 5º Fórum de Políticas Públicas, que tem o apoio da Folha. Lazzarini defende que o banco de desenvolvimento seja mais atuante no fornecimento de garantias financeiras, assumindo parte dos riscos, para viabilizar a participação de mais empresas nas disputas pelas concessões.

"Há um grau tão elevado de exigências de garantia que a empresa menor não consegue participar. Mesmo o grande tem dificuldade; ele entra em uma concessão, dá os ativos do balanço como garantia, mas, quando participa de outra concessão, já tem menos limite disponível. Isso começa a travar o sistema."

O BNDES deve ter uma redução de R\$ 30,5 bilhões em seu orçamento e poderá ter de devolver recursos ao Tesouro para ajudar a equilibrar as contas públicas.

Para Lazzarini, a restrição orçamentária do BNDES chega em um momento delicado da economia, em que o capital privado está mais "receoso". "No passado, o BNDES apoiou muitos projetos que poderiam ser bancados pelo setor privado. O melhor exemplo são os aeroportos; quando se assume um aeroporto, ele já está construído, funciona, tem tarifa, aluga o espaço para lojas. Inteligentemente, o banco tem que falar: não vou mais dar subsídios e quero que vocês busquem dinheiro no mercado."

INVESTIDOR DE IMPACTO

No fórum, Lazzarini participa de um debate sobre o financiamento de organizações do terceiro setor, com projetos de alto impacto social e que atuam em áreas de responsabilidade do Estado.

Como exemplo, ele cita uma iniciativa do Estado americano de Utah, em que o governo chamou investidores como o banco Goldman Sachs para financiar um projeto de reforço escolar para crianças com dificuldade de aprendizagem.

O Estado calculou em US\$ 2.600 o custo anual de cada criança com esse problema para os cofres públicos. Para cada aluno recuperado, Utah divide com os financiadores parte da economia de gasto.

Em caso de fracasso, o Estado segue com o custo da criança, mas não precisa pagar nada ao investidor.

Consumo de máquinas e equipamentos no Brasil cai 19% em setembro

29/10/2015 – Fonte: G1

A demanda por máquinas e equipamentos no Brasil teve nova queda forte em setembro, aprofundando a crise de um dos setores que mais sofre com a recessão do país, informou nesta quarta-feira a Abimaq.

No mês passado, o consumo brasileiro de máquinas e equipamentos somou 9,784 bilhões de reais, queda de 10,6 por cento ante agosto e de 19,4 por cento sobre setembro de 2014.

A queda se deu mesmo com a forte desvalorização do real frente ao dólar neste ano, o que infla o valor de equipamentos importados.

A receita total das fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos somou 6,663 bilhões de reais em setembro, alta de 2,1 por cento sobre agosto, mas recuo de 16,9 por cento sobre setembro do ano passado.

Segundo a Abimaq, no acumulado do ano, a queda na receita foi de 9 por cento. Não fosse o efeito positivo do dólar alto sobre as exportações, a queda teria alcançado 16,4 por cento.

"A tendência observada nos últimos meses no mercado interno, combinada com exportações muito aquém do esperado, indicam para 2015 a terceira queda anual consecutiva da receita", diz trecho do comunicado da Abimaq.

O uso da capacidade instalada no setor caiu mais de 10 pontos percentuais, passando de 76,3 por cento para 66,2 por cento de setembro de 2014 para o mês passado. O setor fechou setembro com 322 mil empregados, ante 359 mil um ano antes.

Volkswagen anuncia novo plano estratégico global até 2025

29/10/2015 – Fonte: Automotive Business



O presidente do conselho de administração do Grupo Volkswagen, Matthias Müller, anunciou na quarta-feira, 28, um novo plano estratégico global sustentado por cinco pilares que devem conduzir a nova gestão da companhia pelos próximos 10 anos, portanto, até 2025 e cujos detalhes estão sendo preparados para serem apresentados até metade do ano que vem.

"Estou confiante de que a Volkswagen vai sair da situação atual mais forte do que antes", declarou o executivo durante seu pronunciamento em Wolfsburg, Alemanha, por ocasião da apresentação do balanço financeiro do grupo relacionado aos fechamentos do terceiro trimestre.

O executivo elencou cinco prioridades dentro do planejamento. A primeira diz respeito aos clientes proprietários dos veículos equipados com o software que fraudas as emissões de poluentes em motores diesel.

"Nossos clientes estão no centro de tudo o que os nossos 600 mil funcionários em todo o mundo fazem", disse ele. "A Volkswagen está trabalhando intensamente para desenvolver soluções técnicas eficazes", acrescentou Müller informando que a empresa está em contínuo contato com a KBA (German Federal Motor Transport Authority), órgão que regulamenta os transportes na Alemanha para implementar a primeira ação em janeiro de 2016.

O segundo pilar está ligado à condução das investigações dentro da companhia para apurar o que de fato aconteceu: "Temos de descobrir a verdade e aprender com ela", disse ele apontando que a montadora adotou um caráter extremamente minucioso em sua análise. Para isto, ele anuncia que a Deloitte, especialista em consultoria, está acompanhando as medidas internas.

"Os responsáveis pelo que aconteceu devem enfrentar graves consequências."

O terceiro ponto em destaque no novo plano global é referente a uma reestruturação do grupo que proporcionará, segundo o executivo, mais independência para as marcas e regiões. "O ponto-chave é que a gestão será descentralizada, em maior medida no futuro.

Vamos aproveitar as sinergias e assegurar que os recursos são utilizados de forma eficaz e rever detalhadamente nosso portfólio atual de mais de 300 modelos e examinar a contribuição que cada um faz para nossos resultados.”

Como sua quarta prioridade, Müller está levando adiante um realinhamento de cultura e gestão de comportamento dentro da companhia e em todas as marcas do grupo. Ele observou que a busca da perfeição, o compromisso dos funcionários e a responsabilidade social devem ser mantidos.

No entanto, afirma que mudanças são necessárias em como a Volkswagen comunica e lida com seus erros. “Precisamos de uma cultura de abertura e cooperação e que neste processo todos mostrem mais coragem, mais criatividade e um espírito mais empreendedor nas suas relações uns com os outros.”

Por fim, Müller anunciou que a quinta prioridade será transformar e prorrogar a meta do grupo em alcançar a liderança global de 2018 para 2025.

“Muitas pessoas fora da Volkswagen, mas também alguns de nós, não entendiam que nossa ‘Estratégia 2018’ é muito mais do que números de produção. Muitas coisas foram subordinadas ao desejo de ser ‘mais rápido e maior’, especialmente sobre o retorno das vendas. O ponto não é só vender 100 mil veículos a mais ou menos do que um grande concorrente. Em vez disso, a verdadeira questão é o crescimento qualitativo”, enfatizou o presidente reafirmando que as diretrizes do plano até 2025 serão desenvolvidas ao longo dos próximos meses e que serão reveladas na metade do próximo ano.

Crise é penalidade dura para mercado de carros no Brasil, diz Ghosn

29/10/2015 – Fonte: G1



A queda nas vendas de veículos no Brasil também é assunto no Salão de Tóquio. Nesta quarta-feira (28), o presidente mundial da Renault Nissan, o brasileiro Carlos Ghosn, lamentou a baixa no mercado onde o grupo "investiu tanto". Para ele, o setor vai se recuperar, mas não enquanto a crise política durar.

"Até haver uma esperança nítida de que as pessoas estejam trabalhando juntas para sair dessa armadilha em que o Brasil está, vamos ver este mercado onde está hoje ou um pouco mais para baixo".

Questionado pelo **G1**, Ghosn disse que "na melhor das hipóteses", o mercado brasileiro de carros vai ter zero crescimento em 2016. "Francamente, acho uma penalidade muito dura para o mercado de automóveis", opinou.

Entre jornalistas de mercados emergentes como China, Rússia e Índia, o executivo comparou. "A Rússia acho que tem 300 carros para cada mil habitantes.

O Brasil tem 220. A China, 100. E a Índia, 25. Então, não há razão para o Brasil não estar pelo menos no nível da Rússia", afirmou.

"Há um enorme potencial para o Brasil. O problema é quando ele será liberado, quando vamos parar de fazer discussões internas sobre esses problemas (políticos) e focar no crescimento da economia."

"É uma pena porque investimos muito no Brasil e agora estamos usando apenas parte da capacidade", disse o CEO.

"Por enquanto, teremos de ter paciência em relação ao mercado brasileiro. Mas ele vai se recuperar, não há dúvida. Quando é outra história. Infelizmente, não vemos isso acontecendo tão cedo."

Honda vê momento difícil

Sem entrar em detalhes, o presidente mundial da Honda, Takahiro Hachigo, que assumiu o cargo em junho deste ano, afirmou reconhecer que o mercado brasileiro "vive um momento muito difícil", mas com potencial no longo prazo. "Temos que deliberar como crescer."

Sexta marca que mais vende automóveis no país no acumulado deste ano, de acordo com dados da federação dos concessionários, a Fenabrave, a Honda é uma das poucas que apresentam alta nas vendas em 2015, quando a associação das montadoras, a Anfavea, projeta uma queda de 27,4% nos emplacamentos em geral.

A Nissan é a décima marca e teve leve crescimento em relação ao período de janeiro e setembro de 2014. A Renault enfrenta queda nessa mesma comparação e é atualmente a sétima maior marca em vendas de automóveis no país.

Indústria do aço chinesa deve ser forçada a fazer cortes na produção

29/10/2015 – Fonte: G1



As siderúrgicas chinesas devem ser forçadas a fazer cortes mais profundos em sua produção nos próximos meses, com a diminuição da demanda, os crescentes prejuízos e o crédito mais restrito minando as companhias do país líder mundial em produção de aço, disseram analistas e autoridades do setor.

A indústria tem desafiado a pressão para fazer grandes cortes até agora, apesar de o resultado final do setor siderúrgico estar em dificuldades e os esforços para ampliar exportações terem irritado produtores rivais em vários países, desde a Índia até os Estados Unidos.

As principais siderúrgicas sofreram prejuízos totais de 28,12 bilhões de iuanes (4,42 bilhões de dólares) nos primeiros três trimestres de 2015, disse a Associação de Ferro e Aço da China.

"Desde 2010, departamentos do governo emitiram 20 documentos de políticas para eliminar capacidade ineficiente, e algumas foram fechadas, mas o excesso de capacidade ainda não caiu", disse à Reuters o vice-presidente da associação, Zhu Jimin.

Mas com os preços do aço em seus níveis mais baixos em décadas, as siderúrgicas estatais estão começando a fechar usinas.

Já as siderúrgicas privadas operando com prejuízo correm o risco de irem à falência se os bancos exigirem o pagamento dos empréstimos.

"É uma tendência clara que o crédito está ficando cada vez mais restrito. Uma vez que a corrente de dinheiro seja cortada, as siderúrgicas vão falir", disse a repórteres Xu Lejiang, presidente da Baosteel.

Demanda de empresas por crédito cai 14% na comparação anual

29/10/2015 – Fonte: G1

O Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito mostra que houve recuo de 0,5% na procura das empresas em setembro na comparação com agosto. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve queda de 14% na procura das empresas por crédito.

A retração interanual de 14% foi a mais intensa desde setembro de 2012, quando se registrou retração de 15%. No acumulado do ano, de janeiro a setembro, a busca das empresas por crédito caiu 0,8% frente aos primeiros nove meses de 2014.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, as quedas praticamente ininterruptas da confiança empresarial, o aprofundamento da recessão econômica e as taxas de juros em níveis elevados inibiram, de forma ainda mais intensa, a busca por crédito por parte das empresas.

Por porte

A queda foi determinada pela retração de 1% observada nas médias empresas. Nas micro e pequenas empresas a retração em setembro foi de 0,4%, ao passo que nas grandes empresas o recuo foi de 0,1% frente a agosto.

No acumulado do ano de 2015, as maiores quedas na procura empresarial por crédito concentram-se nas médias empresas (18,6%) e nas grandes empresas (13,3%). Já nas micro e pequenas empresas, a busca por crédito avançou 0,3% no acumulado de janeiro a setembro frente ao mesmo período do ano passado.

Por setor

Todos os setores econômicos registraram queda na demanda por crédito em setembro, sendo a maior de 1,7% no setor industrial. No comércio o recuo foi de 0,4%, e no setor de serviços, de 0,3%.

Em relação aos primeiros nove meses do ano passado, o setor de serviços é o único que ainda registra expansão, de 1,1%, na demanda por crédito comparativamente ao acumulado de janeiro a setembro de 2014. Na indústria, a queda acumulada até setembro foi de 7,7%, e no comércio a retração foi de 0,9%.

Por região

As regiões Centro-Oeste, Norte e Sul registraram recuos da procura das empresas por crédito em setembro: 5,6%, 5,8% e 2,2%, respectivamente. No campo positivo estiveram as regiões Sudeste e Nordeste, com expansões de 1,9% e 0,7%.

Na relação interanual, o crescimento da procura por crédito de janeiro a setembro apenas ocorreu na região Norte, com elevação de 4,1% perante o acumulado de janeiro a setembro de 2014. Nas demais regiões do país, as quedas foram de 3,9% (Norte), 3,1% (Sudeste), 1,3% (Centro-Oeste) e 0,2% (Sul).

Volkswagen vê provisão de 6,7 bi de euros por escândalo como dedutível de impostos

29/10/2015 – Fonte: Reuters

A Volkswagen planeja utilizar dinheiro dos contribuintes para ajudar a financiar um fundo de 6,7 bilhões de euros em provisões para os cobrir as perdas relacionadas ao escândalo de emissões causado por sua própria equipe.

"Aqueles itens são dedutíveis de impostos," disse vice-presidente financeiro Frank Witter na quinta-feira durante uma conferência sobre ganhos.

"Quando se trata de multas e penalidades, a situação é provavelmente muito diferente", disse Witter. "Mas para aqueles itens que nós provisionamos para hoje é legítimo e correto que sejam dedutíveis de impostos."

Reguladores e promotores ao redor do mundo estão investigando fraude nos testes de emissões de diesel pela Volkswagen, enquanto clientes e investidores estão movendo ações judiciais.

Witter disse que o custo financeiro do escândalo que a VW está enfrentando é "enorme mas gerenciável", acrescentando que é muito cedo para tentar quantificar os custos dos litígios.

Fiat Chrysler tem resultado trimestral acima do esperado e confirma previsão para ano

29/10/2015 – Fonte: Reuters

A Fiat Chrysler Automobiles (FCA) divulgou nesta quarta-feira um lucro trimestral 35 por cento maior e acima do esperado, que foi ajudado pela forte performance na América do Norte e confirmou suas projeções para o fechado do ano.

A sétima montadora do mundo, que transferiu sua listagem para bolsa de Nova York há um ano e estreou a sua unidade de luxo Ferrari em Wall Street na semana passada, divulgou lucro antes dos juros e impostos (Ebit, na sigla em inglês) de 1,3 bilhão de euro ante 968 milhões de euros um ano antes. Analistas consultados pela Reuters esperavam 1,18 bilhão de euros.

As receitas subiram 17 por cento para 27,5 bilhões de euros, enquanto a dívida líquida industrial foi de 7,8 bilhões de euros ao final de setembro, abaixo dos 8 bilhões de euros três meses antes.

Gerdau tem prejuízo líquido de R\$ 1,958 bilhão no 3º trimestre

29/10/2015 – Fonte: Época Negócios



A metalúrgica Gerdau anunciou nesta quinta-feira (29) que teve prejuízo líquido de R\$ 1,958 bilhão no terceiro trimestre, ante lucro de R\$ 262 milhões um ano antes.

O resultado operacional da companhia, medido pelo Ebitda ajustado (lucro antes de impostos, juros, amortização e depreciação, na sigla em inglês), somou R\$ 1,291 bilhão no período, aumento de 4% sobre um ano antes.

Taxa de desemprego sobe para 8,7% no trimestre encerrado em agosto

29/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Com a economia em recessão, a taxa média de desemprego no país foi de 8,7% no trimestre encerrado em agosto. Trata-se da maior taxa da série histórica, que teve início em 2012.

A taxa era de 6,9% no mesmo período do ano passado e de 8,1% no intervalo anterior (março a maio). Em um ano houve um incremento de 1,8%.

O valor corresponde à expectativa de analistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que previam a taxa em 8,7%.

Os dados são da Pnad Contínua, pesquisa de abrangência nacional sobre mercado de trabalho divulgada pelo IBGE nesta quinta-feira (29).

Com a economia em recessão e a queda da renda, mais pessoas tem procurado emprego, como jovens que ficaram de fora do mercado de trabalho nos últimos anos apoiados na renda da família.

O problema é que, com a degradação do quadro econômico, o mercado não tem sido capaz de gerar vagas suficientes para absorver esse aumento da força de trabalho.

O rendimento médio dos trabalhadores foi de R\$ 1.882 no trimestre encerrado em agosto, uma queda de 1,1% em relação aos três meses terminados em maio.

Na comparação ao mesmo período do ano passado, o aumento foi de 1%. Na avaliação do IBGE, esta avaliação é estatisticamente estável.

Usiminas tem prejuízo de R\$1,042 bi no 3º tri

29/10/2015 – Fonte: UOI Notícias

A Usiminas teve prejuízo líquido de 1,042 bilhão de reais no terceiro trimestre de 2015, ante prejuízo líquido de 24 milhões de reais no mesmo período do ano anterior, informou nesta quarta-feira.

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi negativo em 65 milhões de reais no período, ante indicador positivo de 357 milhões de reais no terceiro trimestre de 2014.

Japão é o 6º importador de produtos do Brasil, mas intercâmbio desaba

29/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A despeito da queda recente nas vendas, o Japão segue como um dos alvos prioritários do setor privado brasileiro, que tenta convencer o governo a buscar um acordo comercial com o país.

Indústria e agronegócio estão de olho no potencial do mercado japonês, o sexto maior destino de produtos brasileiros no exterior.

Somente a retomada das vendas perdidas nos últimos anos já renderia bilhões de dólares em negócios.

Até setembro deste ano, o Brasil embarcou US\$ 3,4 bilhões em produtos para o Japão, a metade do que exportara para os japoneses nos primeiros nove meses de 2011.

Brasil e Japão podem fortalecer laços econômicos, diz embaixador japonês

29/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A visita do príncipe Akishino a dez cidades brasileiras, embora tenha apenas um caráter simbólico pelo fato de a família imperial do Japão não exercer nenhuma função política, é vista pela diplomacia japonesa no Brasil como mais um sinal de fortalecimento das relações bilaterais em 2015, quando se comemoram os 120 anos do tratado de amizade entre os dois países.

Em entrevista por e-mail à **Folha**, o embaixador japonês no Brasil, Kunio Umeda, celebra a vinda de um membro da família imperial —o que não ocorria desde 2008— e espera que a ida da presidente Dilma Rousseff ao Japão, prevista para dezembro, reforce a parceria. Na parte comercial, Umeda vê ainda um "um grande espaço para o fortalecimento do relacionamento econômico", apesar da crise vivida pelo Brasil.

Leia abaixo a entrevista.

Folha - Qual é a expectativa do sr. para esta visita dos príncipes Akishino? Houve algum motivo especial para a Casa Imperial escolher o príncipe e a princesa Akishino como representantes da Casa nos festejos dos 120 anos de amizade Brasil-Japão?

Kunio Umeda - Neste ano de 2015, comemoramos os 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Japão e o Brasil. Assim sendo, no ensejo deste ano especial, Suas Altezas Imperiais, o príncipe e a princesa Akishino, irão realizar a visita oficial a convite do governo brasileiro.

A última vez em que um membro da família imperial do Japão visitou oficialmente o Brasil foi há sete anos, em 2008, quando esteve aqui o príncipe herdeiro Naruhito, irmão mais velho do príncipe Akishino.

O príncipe Akishino já esteve em visita oficial ao Brasil em 1988, aos 22 anos de idade, por ocasião das comemorações dos 80 anos da imigração japonesa. Ou seja, Sua Alteza

Imperial Akishino retorna ao Brasil após 27 anos, desta vez acompanhado da princesa Kiko, que vem ao Brasil pela primeira vez.

Ao longo deste ano, em todo o Brasil, estão sendo realizados cerca de 450 eventos comemorativos desses 120 anos de amizade entre nossos países. E a visita de Suas Altezas Imperiais será o ponto alto dessa série de celebrações.

Espero que essa visita seja um fator para um aprofundamento ainda maior da compreensão mútua entre os povos de ambos os países, bem como da amizade nipo-brasileira.

Como foi escolhido o roteiro da visita de Suas Altezas Imperiais? O príncipe Akishino fez algum pedido para visitar determinada cidade ou local, uma vez que já esteve no Brasil, em 1988?

Em Brasília, Suas Altezas Imperiais irão realizar uma visita de cortesia à presidente Dilma Rousseff. Participarão de um almoço oferecido pelo governo brasileiro e também estarão presentes em uma solenidade no Congresso Nacional em homenagem aos 120 anos das relações diplomáticas entre Japão e Brasil.

Além de Brasília, Suas Altezas visitarão outros cinco Estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro. Saliente-se que em São Paulo reside a maior comunidade japonesa do mundo fora do Japão, e o Paraná está celebrando, neste ano de 2015, o centenário da colonização japonesa no Estado.

Nos Estados por onde o príncipe e a princesa irão passar, estão planejadas visitas a autoridades brasileiras, como governadores, além de encontros com representantes da comunidade nipo-brasileira, dentre outros eventos.

No Pantanal, também está programada uma visita a uma área de preservação natural. Em uma estada de cerca de duas semanas, Suas Altezas terão a oportunidade de conhecer muitas pessoas, e vão tomar contato com a exuberante natureza brasileira e a rica cultura deste país.

Como o sr. avalia a relação atual entre Brasil e Japão no campo comercial? O que pode ser melhorado?

Ao longo dos anos, os dois países vieram promovendo uma relação de confiança mútua através da realização de projetos conjuntos, como o Prodecer (para o desenvolvimento agrícola do Cerrado), a Usiminas (siderurgia), a Cenibra (celulose), a Albras (alumínio) etc.

Nesta vinda ao Brasil, Suas Altezas também visitarão, em Brasília, o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, que está fortemente engajado no desenvolvimento agrícola do Cerrado.

Atualmente, apesar de cerca de 700 empresas japonesas estarem atuando no Brasil, o comércio bilateral mantém-se em cerca de US\$ 13 bilhões, em cifras de 2014. Acho que, se levarmos em consideração o potencial econômico dos dois países, ainda há um grande espaço para o fortalecimento do relacionamento econômico.

O empresariado japonês tem mostrado interesse em investir no Brasil em áreas como infraestrutura, agricultura, automobilismo, tratamento médico, saúde, meio ambiente, finanças e seguros, dentre outras.

Atualmente, o Brasil enfrenta grandes dificuldades, e o mundo está preocupado com os rumos do Brasil. Mas, quando converso com lideranças políticas e empresariais do Japão, tenho dito o seguinte a respeito do Brasil: "As instituições fundamentais para a

governança, como a democracia, a independência do Poder Judiciário e liberdade de imprensa estão firmemente enraizadas.

Portanto, estou convicto de que o Brasil vai superar a presente situação adversa e vai avançar vertiginosamente, com vistas à consecução de uma economia e de uma sociedade com menos corrupção e com mais justiça e prosperidade.

No momento, o Brasil está passando por um histórico período de transição. Portanto, quando forem analisar as possibilidades de investimentos no Brasil, peço-lhes que pensem com uma ótica de médio e longo prazos.

Este ano tem sido marcado por visitas de autoridades japonesas ao Brasil, e em dezembro está prevista a ida da presidente Dilma Rousseff ao Japão. O que o governo japonês espera da viagem de Dilma, em termos políticos e econômicos?

Em agosto do ano passado, o primeiro-ministro, Shinzo Abe, visitou o Brasil e, naquela ocasião, juntamente com a presidente Dilma Rousseff, emitiu o documento "Declaração Conjunta de Parceria Estratégica e Global entre o Japão e o Brasil".

Acredito que a visita da presidente ao Japão tem um significado muito importante para o aperfeiçoamento dessa parceria estratégica. A propósito, esta será a primeira visita oficial de um presidente brasileiro em uma década.

Também neste ano, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, visitaram o Japão.

O vice-presidente da Câmara dos Conselheiros da Dieta (Senado) do Japão, senador Azuma Koshiishi, esteve no Brasil recentemente. Em setembro, foi realizada a reunião de cúpula do G4 nas Nações Unidas.

Creio que é importante fortalecer o diálogo de alto nível, entre chefes de governo e ministros, bem como fortalecer largamente o intercâmbio na área de segurança e defesa.

Particularmente, nas relações econômicas, é importante, daqui para a frente, darmos um impulso para a expansão do comércio e dos investimentos nas áreas já mencionadas.

Além disso, para o futuro de ambos os países, penso que seja de suma relevância a cooperação nas áreas de educação e de formação de recursos humanos. Nessa área, quero mencionar quatro iniciativas que estão em curso.

Em primeiro lugar, através do programa "Ciência sem Fronteiras" mais de 500 brasileiros estudam ou já estudaram no Japão até este momento. Em segundo, através das bolsas concedidas pelo Ministério da Educação do Japão, a cada ano, cerca de 60 estudantes brasileiros de nível de graduação e pós-graduação são aceitos nas universidades japonesas.

Em terceiro, com o apoio do Ministério da Educação japonês, a partir deste ano fiscal, será iniciado o intercâmbio estudantil entre oito universidades japonesas e nove universidades brasileiras.

E, em quarto, o primeiro-ministro Abe, em sua visita ao Brasil no ano passado, anunciou a admissão de 900 estagiários brasileiros, em três anos, através dos programas da Jica, a Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Somando-se a essas iniciativas, os dois governos irão discutir um programa de intercâmbio desportivo para jovens, no ensejo das Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio de Janeiro e de Tóquio, em 2016 e 2020, respectivamente.

É preciso salientar também as negociações em curso para a difusão em todo o país do sistema de polícia comunitária "koban", como parte da cooperação na área da segurança pública e da cidadania.

Venda de pneus às montadoras cai 20,9%

29/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A venda de pneus às montadoras no acumulado de janeiro a setembro somou 11,28 milhões de unidades, resultando em queda de 20,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP).

O mercado de reposição permanece com bom desempenho, anotando aumento de 10,2% no acumulado do ano sobre o mesmo período de 2014. O destaque foi o segmento de passeio, com 19,24 milhões de unidades e alta de 16,3%.

Isso se refletiu na produção total de pneus, que cresceu 2,7% entre janeiro e setembro deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando 53,3 milhões de unidades produzidas no período. No setor de carga, porém, a reposição registrou queda discreta de 1,8%.

As exportações no período janeiro-setembro somaram 8,7 milhões de pneus, resultando em queda de 8,5% ante o mesmo período de 2014. "Há um esforço para aumentar a exportação, porém a concorrência global é forte e nosso produto enfrenta restrições tributárias, logísticas e operacionais que limitam sua competitividade no exterior", diz o presidente da Anip, Alberto Mayer.

O volume de negócios para pneus de carga também teve retração importante. O período até setembro teve 5,54 milhões de unidades vendidas, 15,7% a menos que no mesmo intervalo do ano passado. A maior queda do segmento, de 47,3%.

Dados serão bem mais preciosos das montadoras

29/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A indústria automotiva passa pelo momento de maior transformação da sua história. A avaliação que Ricardo Bacellar, diretor de relacionamento da KPMG para o setor, apresentou na Futurecom, feira de TI e telecomunicações que acontece até 29 de outubro em São Paulo. Para o executivo, a automação dos veículos trará mudanças profundas, fazendo as montadoras trabalharem em novas oportunidades de negócio. Ele acredita

que, no novo cenário, os dados dos clientes representarão o bem mais precioso que uma empresa automotiva pode ter, a exemplo do que já acontece em segmentos como o de tecnologia.

“O mercado automotivo ainda é muito guiado por engenharia, mas terá de passar a ser liderado pela tecnologia. É necessário parar e pensar, como será o carro em 15 anos? Qual será a utilidade dele?”, provoca.

Para que consigam acompanhar a transformação, Bacellar recomenda que as empresas invistam na coleta – e na organização – de dados de seus clientes. “Com algum preparo será possível reunir o perfil de consumo, a geolocalização e os dados reais de uso do carro de cada cliente. Isso é ouro.

A informação será o bem mais valioso de qualquer indústria”, avalia, destacando que é a partir dos dados que as empresas terão a chance de adaptar seu modelo de negócio.

Segundo ele, os dados podem render uma série de parcerias comerciais e comodidades para o cliente. O consultor dá o exemplo de um motorista que gosta de jogar tênis e faz determinado deslocamento diariamente.

Sabendo disso, uma marca de raquetes pode fazer uma ação específica com aquele consumidor, como, por exemplo, oferecer desconto para a compra em uma loja na região onde ele circula.

“É uma comunicação direta, que mudará também a efetividade dos recalls”, acredita, destacando que as convocações terão mais resultado, já que o alerta para o cliente será direto.

CONSOLIDAÇÃO

Além da importância da coleta e da organização dos dados sobre os consumidores, Bacellar destaca outras iniciativas para que as montadoras se mantenham competitivas no novo cenário. A primeira delas é melhorar o relacionamento com os clientes. O que, segundo o consultor, hoje está restrito ao momento de venda do veículo, deverá se tornar frequente apesar de não ser, necessariamente, presencial.

“Para o cliente, o carro conectado será como mais um dispositivo móvel com o qual ele tem contato tanto quanto ele está dentro como quando está fora dele”, lembra, destacando as possibilidades de acessar dados do veículo ou ativar comandos a distância por meio do smartphone.

Bacellar recomenda que as empresas acompanhem esta mudança com a oferta de serviços e interações mais cômodas para o cliente. Entrar em contato quando ele precisa fazer uma revisão e preparar a abordagem comercial para o momento em que ele visitar a concessionária para fazer um serviço agendado são exemplos desta conduta.

Outro ponto importante, na visão do consultor, é que as empresas trabalhem para implementar ciclos de pesquisa, desenvolvimento e inovação mais curtos. “Hoje as pessoas atualizam o sistema operacional de seus celulares sem que precisem trocar de aparelho. Com o carro, temos de investir em um novo veículo para ter algumas pequenas evoluções.” Ele cita o exemplo da Tesla, que passou a oferecer aos seus clientes a atualização do software do carro. “Isso agrega valor”, observa.

Assim como aconteceu com os setores de tecnologia e de telecomunicações, o especialista acredita que é inevitável um período de consolidação na indústria automotiva. Ele aponta que isso já é visível na indústria de autopeças, com a fusão de empresas como ZF e TRW. Bacellar prevê que em breve o movimento chegue às montadoras.

“As fabricantes de veículos precisarão decidir se elas querem apenas fabricar carros ou se pretendem assumir a liderança desta transformação”, alerta.

A liderança citada por ele tem a ver não apenas com a associação entre empresas do setor automotivo, mas também com companhias da área de telecomunicações e tecnologia. Segundo ele, são indústrias que se complementarão. “Será um casamento indissociável.”

Um exemplo é o recente rumor de que a Apple negociava a compra a Tesla. Para Bacellar, as possibilidades são inúmeras: “imagine a escala que uma empresa chinesa ganharia ao firmar uma parceria para fornecer carros para o Uber, por exemplo”.

Termina em janeiro prazo para eixos auxiliares sem certificação

29/10/2015 – Fonte: Automotive Business

Fabricantes e importadores de eixos veiculares auxiliares para caminhão, caminhão-trator e ônibus e eixos veiculares para reboques e semirreboques têm até janeiro de 2016 para zerar os estoques dos produtos sem certificação.

O alerta é do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA), organismo de certificação acreditado pelo Inmetro. Esses eixos devem ser certificados conforme portaria 13 publicada em de janeiro de 2014. O comércio varejista tem até janeiro de 2017. Daí em diante, lojistas só poderão oferecer produtos certificados.

Desde junho de 2015, produtos desse tipo fabricados no País ou importados precisam apresentar o selo de qualidade. As empresas que descumprirem as regras da portaria estarão sujeitas a penas previstas na lei, como apreensão dos produtos e multa.

Há dois modelos de certificação na portaria de 2014. Um deles é voltado a quem tem produções ou importações contínuas. Envolve ensaio de tipo, avaliação e aprovação do sistema de gestão da qualidade, acompanhamento por auditorias e ensaio em amostras retiradas no comércio.

O outro modelo, voltado a importações esporádicas, requer somente ensaio de lote. A medida visa à prevenção de acidentes. Os requisitos da portaria não se aplicam aos eixos veiculares de caminhão, caminhão-trator e ônibus e aos eixos autodirecionais e direcionais.

Faturamento da indústria de máquinas sobe 2,1%, diz Abimaq

29/10/2015 – Fonte: Exame



A indústria de máquinas e equipamentos nacional faturou R\$ 6,663 bilhões em setembro deste ano, alta de 2,1% ante agosto e recuo de 16,9% na comparação com setembro do ano passado, mostram dados divulgados nesta quarta-feira, 28, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Com os resultados, o faturamento acumulado em 2015 até setembro é de R\$ 64,911 bilhões, montante 9,0% menor do que o de igual período do ano passado.

De acordo com dados da Abimaq, o consumo aparente do setor - ou seja, indicador que mede a produção interna mais importações e exclui exportações - totalizou R\$ 9,784 bilhões em setembro, o equivalente a queda de 10,6% em relação a agosto e retração de 19,4% na comparação com o mesmo período de 2014. Com isso, o consumo aparente acumulado nos nove primeiros meses de 2015 totaliza R\$ 100,349 bilhões, 5,8% a menos frente ao mesmo intervalo do ano passado.

Déficit comercial

A Abimaq também informou que o déficit comercial da indústria de máquinas e equipamentos nacional ficou em US\$ 617,39 milhões em setembro deste ano, queda de 40,1% ante o déficit de agosto e recuo de 50,6% na comparação com o saldo negativo de setembro do ano passado.

A diminuição do déficit foi resultado de exportações que somaram US\$ 680,68 milhões no mês, montante 21,9% maior do que o registrado em agosto, mas 7,5% inferior ao anotado em setembro de 2014. Já as importações de máquinas e equipamentos somaram US\$ 1,298 bilhão, queda de 18,3% sobre o resultado de agosto e recuo de 34,6% ante o nível alcançado em igual mês do ano passado.

No acumulado do ano até setembro, as exportações caíram 19,1%, para US\$ 5,847 bilhões, e as importações apresentaram queda de 20,4%, para US\$ 14,887 bilhões, ambas na comparação com igual período de 2014. O déficit acumulado é de US\$ 9,04 bilhões, baixa de 21,2%.

Nuci

Conforme a Abimaq, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de máquinas e equipamentos nacional ficou em 66,2% em setembro, 1,2 ponto porcentual menor do que o verificado em agosto (67,4%) e 10,1 pontos porcentuais inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado (76,3%).

De acordo com a entidade, a carteira de pedidos do setor caiu 2,6% em setembro ante agosto e recuou 24,6% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Emprego

Os dados da Abimaq mostram também que o setor encerrou o mês de setembro com 322 mil empregados, quantidade 1,4% menor do que em agosto e 10,4% mais baixa do que em setembro de 2014. Segundo a Abimaq, o setor já fechou mais de 37 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses.

Usiminas vai interromper temporariamente atividades de áreas primárias de Cubatão

29/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A Usiminas decidiu interromper temporariamente as atividades das áreas primárias da Usina de Cubatão (SP). Segundo comunicado da companhia enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o processo de desativação será gradual e envolverá sinterizações, coquearias, altos fornos (um dos quais já tinha suas atividades paralisadas desde maio de 2015) e aciaria, bem como todas as atividades associadas a esses equipamentos.

"O referido ajuste objetiva reposicionar a Usiminas em um novo patamar de escala e competitividade perante um contexto econômico de deterioração progressiva do mercado siderúrgico", justificou a Usiminas, no documento.

A usina de Cubatão deixará de produzir placas, mas serão mantidas as atividades das linhas de laminação a quente e a frio, bem como as operações relacionadas a seu terminal portuário. A linha de laminação de chapas grossas continuará temporariamente suspensa.

O que significa para o Brasil fechar 2015 no vermelho?

29/10/2015 – Fonte: Contábeis.com

O governo da presidente Dilma Rousseff fez sua segunda revisão para o resultado das contas públicas deste ano. Em janeiro, previa economizar 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto), ou R\$ 66,3 bilhões, para pagar os juros da dívida pública.

O governo da presidente Dilma Rousseff fez sua segunda revisão para o resultado das contas públicas deste ano. Em janeiro, previa economizar 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto), ou R\$ 66,3 bilhões, para pagar os juros da dívida pública. Em julho, a meta mudou para 0,15% do PIB, ou R\$ 8,7 bilhões, já causando alvoroço nos mercados financeiros.

A nova revisão deve fazer ainda mais barulho: segundo a proposta encaminhada ao Congresso, o governo não só já está prevendo que não vai economizar nada, como ainda vai gastar mais do que conseguiu arrecadar em 2015, gerando o que é conhecido no jargão econômico como "déficit primário".

A nova previsão é de que as despesas ultrapassem as receitas da União em 0,8% do PIB, ou R\$ 51,8 bilhões, segundo a minuta dessa proposta, divulgada pelo Ministério do Planejamento nesta terça-feira (27).

O deputado federal Hugo Leal (Pros-RJ), relator do projeto de lei para o Orçamento de 2015, diz que a previsão não contabiliza os repasses que o governo ainda precisa fazer a bancos públicos. Também pode mudar se houver problemas com o leilão das hidrelétricas, adiado recentemente para o fim de novembro e com o qual o governo pretende arrecadar R\$ 11 bilhões.

Segundo a equipe econômica, suas previsões tiveram de ser revistas porque, em função da desaceleração econômica, o governo deve arrecadar neste ano menos em impostos do que estimava.

Mas, afinal, por que isso importa? E o que significa para o Brasil fechar 2015 no vermelho? Especialistas consultados pela BBC Brasil explicam essas questões em três pontos:

1 - Aumento da dívida pública

Uma pessoa que gastou mais do que ganhou em um certo mês pode cobrir o rombo em suas contas pedindo um empréstimo.

Suponhamos que essa pessoa já esteja endividada - então precisa de dinheiro emprestado não só para fechar as contas do mês, mas também para pagar as parcelas dessa dívida antiga, que no mês seguinte será ainda maior em função do novo empréstimo.

Em uma situação de déficit primário é mais ou menos isso o que acontece com o governo. "Os recursos para fechar as contas e pagar os juros da dívida são obtidos emitindo mais títulos públicos", explica Marcio Salvato, coordenador do curso de Economia do Ibmec-MG. Ou seja, o governo emite mais dívida.

"O problema é que essa emissão tende a aumentar ainda mais a dívida pública, que já cresceu de 55% para 65% do PIB em 2014. E isso impulsiona as suspeitas sobre a

capacidade do Brasil pagar o que deve, levando ao aumento dos juros cobrados sobre a dívida."

A perda do grau de investimento - uma espécie de "selo de bom pagador" emitido por agências de classificação de risco - é um reflexo dessas suspeitas. A agência Standard & Poor's rebaixou em setembro a nota de crédito brasileira de BBB- para BB+, considerado grau especulativo.

Pelas classificações de outras duas agências, a Fitch e a Moody's, o Brasil está a apenas um degrau de perder esse grau de investimento e, segundo analistas, a trajetória da dívida será "decisiva" para essa definição, que pode reduzir - e encarecer - o crédito (ou seja, o dinheiro disponível para empréstimos) ao País e às empresas aqui sediadas.

2 - Armadilha da conta de juros

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, embora a queda na arrecadação deva fazer um "barulho" nos mercados, o que mais preocupa na atual situação fiscal brasileira são os custos relacionados à dívida e às despesas financeiras do governo, que também vêm crescendo.

Ou seja, o governo precisa ganhar mais do que gasta para pagar os juros da dívida e outras despesas financeiras, mas o problema é que não só está arrecadando menos como essa conta de juros está crescendo de forma acelerada. "De janeiro a agosto já tivemos um aumento de cerca de 100% na conta de juros, que chegou a um total de R\$ 338 bilhões", diz Perfeito.

A alta, segundo o economista da Gradual, ocorreu em função de três fatores. Primeiro, a elevação da taxa básica de juros - ou Selic - que hoje é de 14,25%. Para se ter uma ideia, há dois anos essa taxa era de 8,5%. O segundo fator seria a alta da inflação, já que alguns títulos do governo também são corrigidos por esse índice.

Além disso, os compromissos financeiros do governo também teriam crescido em função de uma série de leilões de contratos de cambial - instrumentos que equivalem à venda futura de dólares e que teriam custado mais de R\$ 70 bilhões neste ano.

"O governo começou a fazer esses contratos, nos quais se compromete a vender dólar a um determinado valor, para ajudar as empresas endividadas em moeda americana a se protegerem. Mas como o dólar subiu muito, acabou no prejuízo", afirma Perfeito. Salvato acrescenta o próprio crescimento da dívida como um quarto fator que também impulsiona a conta dos juros.

E um problema adicional, segundo analistas, é que se o déficit primário faz a dívida crescer e aumenta as suspeitas sobre a capacidade de o Brasil pagar o que deve, também faz com que seja mais difícil reduzir os juros.

"Isso porque os investidores pedem uma remuneração maior para assumir o risco de emprestar para o Brasil", diz Fábio Klein, economista da consultoria Tendências.

O resultado seria um ciclo vicioso em que o governo não consegue pagar a conta de juros porque ela é muito alta e, ao mesmo tempo, porque o governo não consegue pagar, os juros não cedem e a conta continua aumentando.

3 - Ajuste fiscal

Quando o governo estabelece uma meta fiscal e a cumpre, sinaliza que as contas públicas estão sob controle e a economia está caminhando na direção prevista. O anúncio da meta também tem como objetivo dar previsibilidade a investidores e agentes econômicos.

A primeira revisão da meta em julho já enfureceu os mercados. A expectativa dos analistas era que a nova meta fosse de 0,4% ou 0,5% do PIB. Quando foi anunciado que

seria 0,15%, o dólar disparou, a bolsa caiu e aumentaram as apostas de que os juros deveriam continuar subindo.

No corte drástico, porém, a equipe econômica justificou que seria preferível uma meta menor, mas "realista". A nova revisão pode pôr em xeque esse suposto "realismo" e o próprio ajuste fiscal.

Para alguns economistas e analistas do mercado, a mudança representa um afrouxamento do compromisso com o ajuste e a recuperação das contas públicas. Na visão desse grupo, o governo deve cortar mais gastos e aumentar os impostos para se mostrar "comprometido" com o equilíbrio das contas.

Já economistas heterodoxos tendem a ver a queda na arrecadação como um sinal de que as medidas recessivas que já vêm sendo adotadas pelo governo não estão funcionando, ou são duras demais. Para eles, o ajuste fiscal e o aperto da política monetária estariam acabando com o "dinamismo" da economia.

Ambos tendem a concordar, porém, com a necessidade de medidas estruturais, como uma mudança nas regras da Previdência, para colocar as contas públicas em uma trajetória mais sustentável no longo prazo.

Número de acordos com redução salarial continua a crescer, diz Fipe

29/10/2015 – Fonte: R7



As negociações coletivas com data-base em setembro deste ano mostram que os trabalhadores brasileiros estão perdendo ainda mais o seu poder de compra. Segundo um levantamento da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o número de acordos com redução de salário continua a crescer.

A pesquisa Salariômetro, divulgada nesta quinta-feira (29), mostra que o valor mediano dos reajustes negociados situou-se muito próximo da taxa de inflação — medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) — acumulada nos 12 meses anteriores.

Nas convenções coletivas, o percentual de reajuste foi exatamente igual à taxa de inflação acumulada (9,9%) e, nos acordos coletivos, foi de 9,0%. No conjunto dos 176 acordos coletivos que trataram de salários, 25 estabeleceram redução de jornada acompanhada de redução de salários.

Neste ano, 146 acordos coletivos tiveram aumento abaixo do índice de inflação. E a maioria deles (120) não faz parte do Programa de Proteção ao Emprego.

O levantamento foi feito com base na leitura e análise de 756 documentos, dos quais 233 tratam de aumentos salariais e 204 tratam de piso salarial.

O valor mediano do piso com vigência em setembro deste ano foi R\$ 935 (18,6% maior que o salário mínimo, de R\$ 788). Nas convenções coletivas, o piso mediano foi R\$ 960 e, nos acordos coletivos, foi R\$ 932.

Região

Os maiores aumentos salariais estão em São Paulo, com alta de 1,2% nos últimos 12 meses. Seguido por Paraná (1%) e Bahia, Alagoas e Ceará (com 0,8% cada um).

Por outro lado, os menores aumentos estão no Amapá, com variação de -0,3%. Seguido por Espírito Santo (0%) e Acre, Mato Grosso e Distrito Federal (com 0,2% cada um).

Os maiores pisos salariais estão em São Paulo (R\$ 1.082), Santa Catarina (R\$ 1.040), Paraná (R\$ 1.032), Rio Grande do Sul (R\$ 1.016) e Rio de Janeiro (R\$ 962). Já os menores estão no Rio Grande do Norte (R\$ 814), Ceará (R\$ 840), Paraíba (R\$ 841), Alagoas (R\$ 843) e Sergipe (R\$ 844).

Folha salarial

A folha de salários é estimada a partir do volume de depósitos nas vinculadas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

O último dado dessazonalizado (excluiu a influência da variação sazonal) é do mês de agosto, com valor de R\$ 94 bilhões, 1,3% maior que no mês anterior (R\$ 92,8 bilhões) e 4,6% menor que um ano antes (R\$ 98,5 bilhões).

O valor da folha salarial de agosto deste ano equivale a uma folha anual de R\$ 1,1 trilhão. Esse é o tamanho da massa salarial anual do setor coberto pela CLT, e não inclui os rendimentos dos funcionários públicos estatutários nem dos trabalhadores informais.

Volkswagen tem prejuízo de 1,673 bilhão de euros no 3º trimestre

29/10/2015 – Fonte: EM.com

A montadora alemã Volkswagen, abalada por um escândalo de motores com um programa que adulterava resultados de emissões de poluentes, anunciou nesta quarta-feira um prejuízo de 1,673 bilhão de euros no terceiro trimestre.

Ao mesmo tempo, a empresa advertiu que terá "cargas financeiras consideráveis" com as consequências judiciais do caso.

O prejuízo registrado entre julho e setembro contrasta com o lucro de 2,971 bilhões de euros do mesmo período de 2014.

As perdas, no entanto, ficaram abaixo das previsões dos analistas. A montadora também reduziu o objetivo de resultado operacional para 2015, que agora está em um nível muito inferior ao registrado em 2014.

A empresa, que já fez reservas de 6,7 bilhões de euros no terceiro trimestre para cobrir os gastos relacionados com o escândalo, admitiu que pode registrar "cargas financeiras consideráveis à medida que se concretizam os riscos judiciais".

O escândalo explodiu nos Estados Unidos quando foi revelado que os motores a diesel da Volkswagen tinham um software que adulterava os testes de poluição. Os carros, na verdade, tinham índices de contaminação acima do nível permitido.

BC eleva projeção de alta da conta de luz, a 51,7%, e da gasolina, para 15%

29/10/2015 – Fonte: Uol.com

O Banco Central revisou sua projeção para a alta na conta de luz este ano a 51,7%, segundo a ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) divulgada nesta quinta-feira (29).

Na última previsão, divulgada em setembro, o BC estimava alta de 49,2%. O BC também elevou a projeção para a alta do preço da gasolina neste ano. A estimativa passou de 8,9%, em setembro, para 15% nesta ata.

Para o gás de bujão, a perspectiva subiu de alta de 15% para alta de 19,9%.

Este grupo é dos chamados preços administrados por contrato; para todos os itens, a projeção é de alta média de 16,9% neste ano. Na ata de setembro, a projeção era de alta de 15,2%.

Trabalhadores da Petrobras começam greve em 6 Estados; não há relatos de impacto à produção

29/10/2015 – Fonte: R7

Trabalhadores da Petrobras em seis Estados iniciaram greve nesta quinta-feira reclamando de lentidão nas negociações com a empresa sobre salários e sobre o plano de venda de ativos, informou a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), composta por cinco sindicatos, sem relatos de impacto à produção de petróleo e derivados.

Há paralisações em São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Pará e Amazonas, disse a entidade. Segundo a FNP, há forte mobilização em terminais portuários da Petrobras na região de Santos e Cubatão (SP).

Também haveria adesão de trabalhadores em plataformas nos campos de Mexilhão e Merluza, na Bacia de Santos. A adesão na refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, seria de 100 por cento entre os funcionários do turno atual, que não entraram para trabalhar, disse o secretário-geral da FNP, Adaedson Bezerra Costa.

Segundo ele, os trabalhadores que começaram o turno na quarta-feira às 15h ainda estão na unidade, mantendo-a em funcionamento. "A gente está impetrando um habeas corpus para tirar o pessoal de lá", disse ele à Reuters.

A Petrobras não se manifestou imediatamente sobre o assunto, nem informou se a paralisação de funcionários afeta a produção de petróleo ou o refino.

Em nota divulgada na noite de quarta-feira, a estatal disse que encaminhou às entidades sindicais uma nova proposta para as cláusulas econômicas do acordo coletivo e que vai realizar reunião com os trabalhadores na tarde desta quinta-feira.

A FNP ainda está coletando dados sobre a adesão à greve no Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Pará e Amazonas.

BC vê mais inflação em 2015 e 2016; diz que ficará vigilante frente a "demais políticas"

29/10/2015 – Fonte: DCI

O Banco Central piorou sua previsão para a inflação neste ano e em 2016, afirmando que ambas estão acima do centro da meta - de 4,5 por cento pelo IPCA, com margem de dois

pontos percentuais para mais ou menos -, e reforçou que tem de permanecer vigilante "independentemente do contorno das demais políticas", segundo ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta quinta-feira.

Na semana passada, o BC decidiu por unanimidade manter a Selic em 14,25 por cento ao ano, mudando o discurso em relação à convergência da inflação para o centro da meta, deixando claro que o objetivo será alcançado não mais no fim de 2016, mas em 2017, em meio ao cenário de indefinições fiscais e turbulências políticas no país.

Artigo: A verdadeira carga tributária

29/10/2015 – Fonte: DCI

Os consumidores recebem informações sobre a carga tributária de produtos. Mas o cálculo é feito de maneira que o total de impostos e contribuições sociais não seja registrado como deveria.

No caso de vinho, a carga tributária reportada é de 54,74% sobre o preço total, mas a taxa total efetiva correta é de 120,9% sobre o valor da bebida comercializada. Outros exemplos: conta de luz, 88,8% e 47,08%; telefonia, 92,2% e não 47,87%; automóvel Toyota Corolla 2.0, 67,8% e não 40,74%. Bem diferente!

Nos EUA, inexistem impostos sobre vendas, exceto para o consumidor final - geralmente 8 a 9%. Na Europa existe um imposto sobre valor adicionado (VAT). Aprimoramos o VAT no Brasil. Temos quatro VATs: ICMS (cerca de 18%), IPI - média de 10% -, Cofins 7,6% e PIS, 1,65.

Nos últimos 20 anos, todos os países que entraram em recessão adotaram políticas de redução de impostos, juros negativos em relação à inflação e liberação de recursos para obras de infraestrutura.

A carga tributária atual sobre o PIB no Brasil é 35,4% (base 2014), enquanto no Chile é 18,6%, na China 17%, EUA 26,9%. Nesses países, há contraprestação de serviços públicos de qualidade para todos.

A carga tributária no Brasil sobre o PIB era de 20,01% em 1988, 26,65% em 1998, 34,10% em 2008 e de 35,42% em 2014. Na maior parte do mundo os governos estão encolhendo, propiciando mais recursos para a sociedade, investimentos e geração de empregos.

A eventual volta de CPMF estimula a depressão da economia e mais desempregos. Muito terrorismo está sendo discutido, assustando e trazendo insegurança a todos os contribuintes.

Essa insegurança gera retração de consumo, investimentos e desemprego. E custos são como unhas. Crescem continuamente. Maioria, exceto governo - principalmente federal -, faz enxugamentos continuamente.

(Charles Holland- Diretor da Anefac e auditor de empresas).

Milho, soja e minério contribuem para aceleração do IPA em outubro, diz FGV

29/10/2015 – Fonte: DCI

Na passagem de setembro para outubro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mais que dobrou a taxa de variação, ao passar de alta de 1,30% para 2,63%, com forte contribuição do grupo Matérias-Primas Brutas, que acelerou de alta de 2,26% para 4,47% no período.

No estágio inicial da produção, os principais responsáveis pelo avanço foram milho em grão (de 4,61% para 12,92%), minério de ferro (de 0,84% para 4,53%) e soja em grão (de 5,84% para 7,11%). Contudo, foi registrada desaceleração em itens como mandioca (de 6,44% para -1,49%), leite in natura (de -0,26% para -1,90%) e pedra britada (de 0,22% para 0,19%).

O índice relativo aos Bens Finais registrou em outubro taxa mais de três vezes superior à do mês anterior, passando de 0,47% para 1,69%. Influenciou no resultado o comportamento do subgrupo alimentos processados (de 1,39% para 2,71%). O índice de Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, teve avanço de 1,71%, ante alta de 0,66% em setembro.

O índice referente a Bens Intermediários dentro do IPA também apresentou aceleração, ao sair de alta de 1,36% em setembro para 2,07% em outubro. O principal responsável pelo movimento foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura (de 1,78% para 2,97%).

Vale destacar que o índice de Bens Intermediários (ex), calculado após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, avançou 2,24% em outubro, contra alta de 1,62%, em setembro.

Principais influências

De acordo com a FGV, a lista de maiores influências de alta no IPA de outubro traz soja em grão (de 5,84% para 7,11%), milho em grão (de 4,61% para 12,92%), farelo de soja (de 8,23% para 9,95%), minério de ferro (de 0,84% para 4,53%) e laranja (de 6,96% para 13,85%).

Já na lista de maiores influências de baixa estão batata-inglesa (de 14,91% para -17,23%), leite in natura (de -0,26% para -1,90%), querosene de aviação (de -4,37% para -7,86%), óleo combustível (de -0,64% para -2,17%) e adubos e fertilizantes compostos (de 6,92% para -1,61%).

Seguro-Desemprego perderá R\$ 400 milhões

29/10/2015 – Fonte: DCI

A quantia destinada pelo governo para o seguro-desemprego terá queda de R\$ 400 milhões em 2016. Especialistas estimam que montante deveria ser superior em até R\$ 20 bilhões para compensar fechamento de vagas formais.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) planeja investir, em 2016, R\$ 38,2 bilhões dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Seguro-Desemprego. A quantia é inferior aos R\$ 38,7 bilhões que foram reservados para o benefício em 2015.

"Em 2016, serão necessários R\$ 59,6 bilhões para compensar uma taxa de desemprego formal de 8%, considerando inflação em 8%, inferior a que temos neste ano", estimou Istvan Kasznar, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas FGV.

"O número [estimativa do governo] parece irreal em face do que está acontecendo. A taxa de desemprego está subindo numa velocidade muito significativa e existe uma ausência na criação de novas vagas. Logo, haverá um aumento da demanda pelo seguro desemprego", justificou.

Em setembro, 95 mil vagas formais foram fechadas no Brasil, o pior resultado para o mês desde 1992, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No acumulado deste ano, já foram encerrados 657.761 postos com carteira assinada.

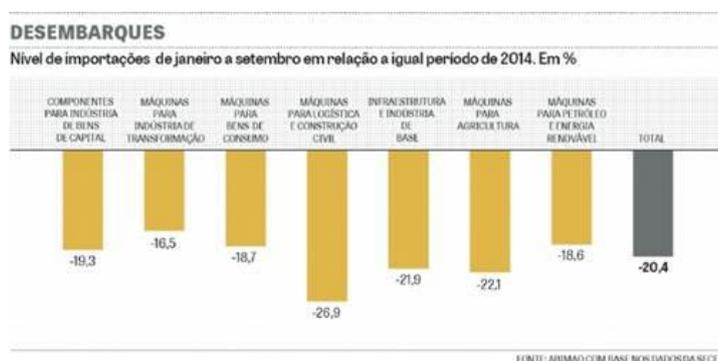
"Para o ano que vem, nada aponta para uma melhora da crise econômica, que deve continuar grave, e o desemprego deve seguir avançando", afirmou Débora Travassos, professora de economia da FAAP. "Mesmo com as medidas previstas no ajuste fiscal, não acredito no número divulgado pelo governo. A conta não fecha", completou.

Perguntado sobre a previsão de queda nos recursos destinados para o benefício, o deputado Ricardo Barros (PP), relator do orçamento da União para 2016, afirmou: "evidentemente estamos num ano de muita perda de empregos e o seguro-desemprego vai ser mais demandado. Vou apontar para uma avaliação da minha consultoria sobre esse tema".

Em nota de duas linhas enviada ao DCI, a assessoria do MTPS afirmou que "caso seja maior o valor necessário [para o seguro-desemprego], será coberto pelo Tesouro no FAT". Travassos comentou a resposta enviada pelo ministério: "se houver cobertura pelo Tesouro, o déficit nas contas públicas vai aumentar".

Importações de máquinas recuam com dólar

29/10/2015 – Fonte: DCI



A alta do dólar e a desaceleração da atividade econômica no Brasil derrubaram as importações de máquinas e equipamentos. Mas para representantes do setor, o País está reduzindo cada vez mais a formação bruta de capital fixo.

"O Brasil está investindo muito menos do que no passado. Quando deixamos de investir no presente, praticamente garantimos um crescimento pífio no futuro", disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza.

No acumulado do ano, o faturamento do setor recuou 9% em relação ao mesmo período de 2014, quando a indústria já apresentava sucessivos resultados negativos.

Os dados da Abimaq revelam que o consumo aparente de bens de capital mecânicos recuou 5,8% no acumulado do ano. Desconsiderando o efeito cambial, a queda é ainda maior, de 19,5%.

O setor de máquinas é um termômetro para a atividade industrial, já que sinaliza o nível de investimentos em produtividade. "Todos os fatores levam a crer que teremos o terceiro ano consecutivo de queda do faturamento", pondera o presidente da entidade.

Pastoriza afirma que o setor vem enfrentando aumento de custos, inflação, impacto do dólar em insumos importados e redução das margens.

O nível de utilização da capacidade instalada, em setembro, foi de 66,2%, considerado um dos menores da série histórica. Ainda de acordo com a Abimaq, 37 mil postos de trabalho foram fechados na indústria de máquinas nos últimos doze meses. "Já passamos

por diversas crises, mas desta vez não conseguimos vislumbrar uma retomada", comenta o presidente da entidade.

Corte do PSI

Na semana passada, o governo federal anunciou um corte de R\$ 30 bilhões para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para bens de capital.

Segundo Pastoriza, a medida vai tornar o financiamento "praticamente inexistente". "Os juros quase dobraram para pequenas empresas e o prazo para pedir o crédito termina nesta semana", informa.

O dirigente avalia que, com a medida, o governo está indo na contramão do que o País precisa. "Estamos praticamente extinguindo o único instrumento de financiamento para que a indústria possa investir em produtividade", acrescenta.

A Abimaq estima que, antes do PSI, cerca de 10% das vendas do setor eram feitas via BNDES. Com o programa, este índice subiu para 30% e, atualmente, com taxas de juros mais elevadas, a utilização do PSI gira em torno de 20% a 25% no total das encomendas da indústria de máquinas.

"Com esse corte, a tendência é que as vendas do setor recuem, principalmente entre pequenas e médias empresas, mais dependentes do crédito do BNDES", avalia Pastoriza.

Déficit do governo central vem melhor que esperado em setembro, com efeito calendário

29/10/2015 – Fonte: DCI

O governo central (governo federal, Banco Central e Previdência Social) registrou déficit primário de 6,932 bilhões de reais em setembro, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira, num resultado melhor do que o esperado, beneficiado pelo não pagamento no mês de adiantamento de 13o salário a aposentados.

Em 2015, este desembolso ocorrerá em outubro, enquanto no ano passado foi feito em setembro. Por conta disso, as despesas da Previdência Social no último mês tiveram uma queda corrigida pela inflação de 17,9 por cento sobre um ano antes.

Pesquisa Reuters com analistas indicava que o rombo primário do governo central seria de 14,6 bilhões de reais no mês passado, pela mediana das projeções.

Em setembro, os gastos do governo central somaram 89,428 bilhões de reais, queda real de 16,8 por cento frente a igual mês de 2014. Ao mesmo tempo, a receita líquida do governo central somou 82,496 bilhões de reais, declínio de 3,1 por cento na mesma base de comparação.

No acumulado dos nove primeiros meses do ano, contudo, o déficit primário do governo central foi de 20,938 bilhões de reais, o pior da série histórica iniciada em 1997.

Os gastos de janeiro a setembro somaram 786,648 bilhões de reais a preços correntes, 4,0 por cento abaixo do verificado no mesmo período do ano passado, em termos reais. No acumulado do ano, a receita líquida foi de 765,710 bilhões de reais, recuo de 4,6 por cento sobre igual etapa de 2014.

"Isso demonstra o que estamos sempre assinalando: o nível de atividade econômica está afetando a arrecadação do governo. Dado o grau de incerteza hoje vigente na economia essa performance fica um pouco aquém do esperado", afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive.

No mês passado, o Tesouro registrou superávit primário de 2,808 bilhões de reais, enquanto a Previdência Social teve saldo negativo de 9,690 bilhões de reais e o Banco Central teve déficit de 49,6 milhões de reais.

Esses números vêm em meio a contínuas dificuldades enfrentadas pelo governo para aprovar uma série de medidas no Congresso Nacional consideradas necessárias para o equilíbrio das contas públicas.

Dentro deste cenário, e em meio a uma forte recessão, a equipe econômica revisou mais uma vez a projeção para o resultado fiscal deste ano, para déficit primário de cerca de 50 bilhões de reais, sendo que o número pode ser ainda maior no caso de frustração de receitas e com a contabilização das "pedaladas fiscais".

Comissão aprova portabilidade da conta de luz

29/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Um desejo antigo de boa parte dos produtores de energia elétrica deu mais um passo ontem para se tornar realidade com a aprovação do projeto de lei (PL) da "portabilidade da conta de luz" pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.

A proposta de legislação permite que os consumidores escolham uma operadora de eletricidade e possam mudar de empresa sempre que quiserem, sem prejuízo do atendimento, como já ocorre nos setores bancário e de telecomunicações. A matéria ainda tem que passar por pelo menos mais três comissões na Câmara antes de ir a plenário.

Atualmente, os consumidores residenciais e pequenas empresas estão amarrados ao chamado mercado cativo, sendo obrigatoriamente atendidos pela distribuidora de eletricidade que possui a concessão para aquela cidade ou região. As distribuidoras repassam nas tarifas os custos da energia na geração e na transmissão e cobram apenas pelo uso do fio.

O projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara separa justamente o negócio do fio (equivalente a 25% do custo total da eletricidade) da compra de energia (que responde pelos 75% restantes).

O PL foi proposto por uma frente parlamentar mista composta pelos deputados Marcelo Squassoni (PRB-SP), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Augusto Carvalho (SD-DF), Odorico Monteiro (PT-CE) e Pedro Vilela (PSDB-AL).

Mercado livre - Hoje apenas indústrias e empreendimentos de grande consumo como *shopping centers* e hotéis com consumo médio superior a 500 quilowatts podem escolher seus fornecedores de eletricidade por meio do mercado livre de energia.

A portabilidade para todos os consumidores já é adotada em larga escala na Europa e é uma das bandeiras históricas da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

Para a entidade, não existe nenhuma limitação técnica ou econômica para que a iniciativa não tenha imediata aprovação e implantação. "Assim como já existe no setor de telefonia celular, a medida é um direito do cidadão brasileiro", considera o presidente da entidade, Reginaldo Medeiros.

Uma pesquisa da própria Abraceel divulgada no começo de outubro mostrou que 72% da população gostaria de poder escolher o fornecedor de energia elétrica, em um ambiente de portabilidade de contas de luz. O Ibope entrevistou 2.002 pessoas em julho deste ano,

e a pesquisa tem margem de erro de dois pontos percentuais e grau de confiança de 95%.

A 'e-conomia' existe mesmo?

29/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A economia das ocupações independentes está mudando o mundo do trabalho ou é só tempestade em copo d'água?

É comum ouvir que as formas tradicionais de emprego estão com os dias contados. O assunto pegou nos Estados Unidos e também é motivo de debates acalorados na Grã-Bretanha.

Há cada vez mais pessoas que vivem - ou complementam sua renda - com o que ganham vendendo mercadorias no Etsy ou no Ebay, oferecendo serviços de táxi pelo Uber (eventualmente deixando o carro para alugar no easyCar Club quando não estão transportando passageiros) ou acomodando, via Airbnb, turistas no quarto desocupado que têm em casa (e talvez aproveitando para oferecer também, via JustPark, vagas de estacionamento em suas garagens).

Em suma, o mundo do trabalho parece estar mudando. É a chamada e-conomia (em que o "e-" serve para indicar seu caráter eletrônico, empreendedor e, possivelmente, eclético), por meio da qual são comercializados, de forma independente e online, bens e serviços individuais.

A questão é que, consultando-se os dados oficiais, não se encontram muitos sinais dessa revolução. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a porcentagem de trabalhadores com empregos fixos não sofreu grandes alterações nas últimas décadas; e a fatia dos indivíduos que acumulam mais de um emprego também permaneceu estável.

Nos EUA, o percentual de trabalhadores autônomos está inclusive caindo, e embora viesse crescendo em ritmo acelerado na Grã-Bretanha, parece ter se estabilizado no ano passado.

Um exame mais detido e aprofundado dos dados tampouco permite comprovar a existência real da e-conomia. Os freelancers - representantes mais prováveis desse admirável mundo novo do trabalho - mal chegam a 2% da força de trabalho; número que não mudou muito nos últimos 15 anos.

Observa-se crescimento bem mais acentuado entre as pessoas que trabalham por conta própria, mas não há como dizer com segurança se o que está por trás disso é a e-conomia ou formas tradicionais de autoemprego.

E se as ocupações independentes e ocasionais que caracterizam a e-conomia são algo a que as pessoas se dedicam em paralelo a empregos tradicionais, em vez de constituir sua principal fonte renda? Os dados oficiais tampouco confirmam essa hipótese. Só uma pequena minoria de trabalhadores, sugerem os dados, extraem rendas complementares de ocupações autônomas.

Porventura há vestígios da e-conomia no tipo de serviço executado pelos trabalhadores autônomos? O quadro é ambíguo. De 2009 para cá, as ocupações autônomas que mais cresceram foram as dos cabeleireiros, faxineiros e consultores empresariais.

É bem verdade que essas atividades podem ser oferecidas através dos canais típicos da e-conomia, mas tampouco se pode negar que são atividades cujo histórico de autoemprego crescente é anterior ao surgimento da e-conomia.

A quarta ocupação autônoma que mais se expandiu nos últimos anos é a de "locação e administração de imóveis", o que poderia ser um reflexo do aumento no número de pessoas que alugam suas casas e garagens online. Por outro lado, a prestação de serviços de táxi foi a atividade que mais recuou entre as ocupações autônomas, o que talvez permita refutar a ideia de que o Uber está tomando conta do mercado.

Vê-se, assim, que os dados oficiais não oferecem respaldo à noção de que a e-economia já é uma realidade. Mas isso não é o mesmo que dar razão aos céticos. Há no mínimo dois fatores que permitem contradizê-los.

O primeiro é que a revolução talvez ainda esteja no começo. Exemplo: analistas dizem que a elevação significativa do patamar básico de remuneração que os empregadores britânicos serão obrigados a oferecer, em razão da nova política de salário mínimo adotada pelo governo de David Cameron, talvez empurre mais pessoas para as atividades autônomas.

As perdas significativas com restituições do imposto de renda no próximo ano também poderão levar muitos britânicos a pensar em adotar fontes de renda alternativas, a fim de complementar o salário que recebem em seus empregos.

O segundo fator é que talvez não estejamos formulando as perguntas corretas. Os levantamentos conduzidos pelos órgãos oficiais de estatística nunca foram muito bons para aferir transformações no mercado de trabalho.

A polêmica sobre a real extensão dos contratos de "zero horas" (tipo de contrato de trabalho que se popularizou na Grã-Bretanha depois da crise financeira de 2007-2008, em que o trabalhador é remunerado apenas pelo número de horas que trabalha, de "zero horas" a um período integral, podendo não receber nada quando o empregador não tem trabalho para lhe oferecer) ilustra bastante bem a questão: os números oficiais talvez estejam subestimados, pois as pessoas confundem esse tipo de relação empregatícia com um trabalho temporário como outro qualquer.

É um tipo de confusão a que as atividades da e-economia estão particularmente sujeitas. Exemplo: as pessoas tendem a não perceber que a locação de sua residência ou de seu veículo conta como trabalho, e, em vista disso, omitem a informação dos estatísticos governamentais.

Nos Estados Unidos, evidências preliminares indicam que isso talvez esteja realmente acontecendo. Na Grã-Bretanha, levantamento recente conduzido pela desenvolvedora de softwares Intuit, focado em atividades da e-economia, indica que atualmente 6% dos britânicos geram renda com mecanismos de economia compartilhada - proporção um pouco mais elevada do que a apontada pelas estatísticas oficiais.

Medir a e-economia é importante. Informações confiáveis sobre como as pessoas combinam empregos, trabalho e outras atividades para gerar renda permitem conhecer melhor seu padrão de vida e, assim, avaliar o que realmente importa: se, para os trabalhadores, os efeitos da e-economia são positivos ou negativos. Por isso é fundamental que os órgãos oficiais de estatística desenvolvam mecanismos que possibilitem mensurar os novos tipos de atividade econômica.

Na vida, a possibilidade de fazer escolhas é, de modo geral, uma coisa boa. E o rebaixamento das barreiras de acesso, promovido pela tecnologia atual, tende a democratizar as oportunidades que as pessoas têm de se dedicar ao empreendedorismo.

Mas a fragmentação associada à e-economia também pode trazer consigo novas formas de vulnerabilidade, devendo exigir, no mínimo, que sejam reformulados os métodos de avaliação do impacto de políticas públicas no tocante a direitos do trabalhador (e do consumidor), estabilização da renda e aposentadorias. Para que tenhamos uma visão

adequada de como se equilibram a liberdade, a segurança e a margem para intervenções políticas, o primeiro passo é a criação de ferramentas estatísticas que mostrem com mais clareza e precisão quem efetivamente são os atores da e-economia.

Siderúrgicas Usiminas e Gerdau pioram resultados e registram prejuízo no 3º trimestre

29/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A alta do dólar, dívidas e atividade fraca fizeram o resultado das siderúrgicas Gerdau e Usiminas piorar. A Usiminas teve prejuízo líquido de R\$ 1,042 bilhão no terceiro trimestre ante uma perda de R\$ 24 milhões um ano antes. Já a Gerdau reverteu o lucro e teve prejuízo de R\$ 1,958 bilhão no terceiro trimestre. Em 2014, no mesmo trimestre, a Gerdau tinha tipo lucro de R\$ 261,951 milhões.

Na demonstração de resultados do trimestre, a Gerdau explica que o resultado negativo do período foi provocado por impairment (deterioração) de ativos no valor de R\$ 1,9 bilhão.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado consolidado somou R\$ 1,291 bilhão, um avanço de 4% ante o registrado um ano antes. A margem Ebitda ficou em 10,8% entre julho e setembro de 2015, ante 11,6% de igual intervalo de 2014.

A receita líquida da empresa totalizou R\$ 11,925 bilhões no terceiro trimestre de 2015, montante 11,4% maior que o registrado um ano antes.

O resultado financeiro ficou negativo em R\$ 1,381 bilhão entre julho e setembro, ante resultado financeiro negativo de R\$ 575 milhões de igual trimestre do ano passado. Segundo a empresa, o aumento deve-se à variação cambial líquida negativa sobre os passivos contratados em dólar norte-americano e as maiores despesas financeiras decorrentes do aumento da dívida bruta nos períodos comparados.

Interrupção. A Usiminas decidiu interromper temporariamente as atividades das áreas primárias da Usina de Cubatão, em São Paulo. Segundo comunicado da companhia enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o processo de desativação será gradual e envolverá sinterizações, coquearias, altos fornos (um dos quais já tinha suas atividades paralisadas desde maio de 2015) e aciaria, bem como todas as atividades associadas a esses equipamentos.

"O referido ajuste objetiva reposicionar a Usiminas em um novo patamar de escala e competitividade perante um contexto econômico de deterioração progressiva do mercado siderúrgico", justificou a Usiminas, no documento.

A usina de Cubatão deixará de produzir placas, mas serão mantidas as atividades das linhas de laminação a quente e a frio, bem como as operações relacionadas a seu terminal portuário. A linha de laminação de chapas grossas continuará temporariamente suspensa.

O Ebitda ajustado da empresa foi negativo em R\$ 65 milhões no período, ante um Ebitda positivo de R\$ 357 milhões. A receita líquida no terceiro trimestre do ano foi de R\$ 2,424 bilhões, queda de 16,6% na relação anual. Na comparação trimestral a receita recuou 9%.

Editorial: Desânimo dos industriais às vésperas do fim do ano

29/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O segundo semestre é historicamente melhor do que o primeiro para a indústria, pois é preciso produzir para atender à demanda do comércio para as vendas de Natal e de fim de ano. Mas nem esse esperado comportamento sazonal se observa em 2015. Faltando dois meses para o ano acabar, cresce o desânimo das companhias, medido pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice mostrou o pior comportamento desde 1999.

Em dois anos, o Icei caiu 35%, de 54,5 pontos em novembro de 2013 e no campo positivo (acima dos 50 pontos) para 35 pontos e no campo negativo, neste mês. Só em 2015 a queda foi de 21% e, nos últimos 12 meses, de 23,5%, mostrando quão rapidamente as condições atuais e as expectativas se deterioraram.

Pequenas, médias e grandes empresas têm percepção semelhante da crueza dos tempos. Medido pela percepção dos negócios nos últimos seis meses, o Icei é de apenas 26,5 pontos, chegando a 39,3 pontos quando se avaliam as expectativas. Há uma ponta de otimismo quanto ao futuro, seja ela justificada ou não.

As condições da economia brasileira são determinantes da desconfiança dos empresários: neste item, o indicador é de 17,5 pontos, queda de 41% em relação a outubro de 2014. Quando a pergunta é sobre o estado da empresa, este é avaliado em 31,3 pontos. Isto é, o País está pior que a empresa.

Há um ano, no campo positivo estavam as indústrias extrativa, de alimentos, bebidas e produtos farmacêuticos, todas acima dos 50 pontos. Neste mês, todos os ramos industriais estão em declínio. Nem o segmento farmacêutico escapa, embora a população esteja envelhecendo e, como consequência, demande mais remédios e tratamentos.

A pesquisa da CNI retrata o encolhimento da indústria, cuja participação no Produto Interno Bruto (PIB) caiu cerca de seis pontos percentuais nos últimos seis anos e hoje mal supera os 10%. Para uma queda do PIB de 3%, como preveem os consultados para a pesquisa Focus, do Banco Central, o recuo da indústria deverá ser quase o dobro (5,5%). A indústria está sujeita à competição global.

Mas, enquanto os juros e a carga tributária são altos, a produtividade é baixa, a volatilidade do câmbio é excessiva e a infraestrutura é sofrível, o que limita a possibilidade de recuperação a curto prazo. Como estará o parque industrial após mais um ano de recessão?